

Os Planos do Presidente

18. III. 52

Nega o sr. Negrão de Lima, investido na função de coordenador da política getuliana, tenha sido encarregado de procurar uma solução para o caso do Clube Militar, pacificando as correntes antagônicas em torno de uma candidatura única. Ouvido pelo "Diário Carioca" disse que não se poderia imiscuir na questão, sem agravo do seu colega da Guerra, a quem ela realmente compete. O que tem feito apenas, nos contatos pessoais que tem tido, é procurar informar-se do desenvolvimento da crise.

Parecem razoáveis as ponderações do ministro da Justiça. Os círculos militares, a julgar pelo que informa o mesmo jornal, também não pensam de outra maneira, pois, a ser verdadeira, a propalada intervenção deveria começar por convidar o ministro da Guerra à renúncia, já que iria tomar a si uma das suas atribuições específicas.

Quer isto dizer que, se o sr. Getúlio Vargas chegou a pensar em resolver o caso, desistiu do intento. Qualquer que seja o rumo que venha a tomar a crise militar, o sr. Estillac Leal permanecerá no ministério, enquanto assim o entender. E, como a ele cumpriria resolvê-la e ele não a resolve, conclui-se que não haverá solução, ou, pelo menos, não haverá solução promovida pelo Governo. Dir-se-ia — tão distante parece estar o Presidente da República dos graves acontecimentos — dir-se-ia tratar-se de um vago incidente internacional, a respeito do qual o Governo hesitasse se deveria ou não oferecer a sua mediação.

Entretanto, nada mais fácil seria ao sr. Getúlio Vargas, do que esclarecer a crise, dado que não pudesse resolvê-la. Qualquer que seja o julgamento que se faça do general Estillac Leal, uma cousa é pacífica: nele reside um dos fatores essenciais da crise. Estará ele simplesmente envolvido e peado pelos compromissos assumidos com a corrente extremista que o levou à presidência do Clube Militar e, conseqüentemente, ao Ministério da Guerra, ou estará desenvolvendo, com magistral habilidade, um plano perfeitamente delineado? Pouco importa. Tanto em um, como em outro caso, decorre do cargo que ele exerce no governo, a importância do papel desempenhado pelo general Estillac na grave crise. E' com a autoridade, o prestígio, a convicção, a cumplicidade do sr. Ministro da Guerra que contam os comunistas enquistados no Clube Militar. Enquanto ele lá estiver no seu posto, eles cá se sentirão guardados e garantidos.

Portanto, o que cumpriria ao sr. Getúlio Vargas, e teria feito qualquer dos Presidentes da República anteriores a 1930, era resolver, antes de mais nada, o caso do seu ministro da Guerra: ou este tomaria imediatamente as providências que a função lhe impunha, ou deixaria imediatamente o cargo, que já não estava em condições de exercer. O inadmissível é que ele pudesse continuar indefinidamente o jogo de equívocos e negações, que lhe tem caracterizado a ação.

Assim, porém, não procedeu o sr. Getúlio Vargas, nem é de crer venha a proceder algum dia. Não fôra ele a personificação da insensibilidade, da algidez, da ingratidão, e se poderia pensar que o reconhecimento pela posse na Presidência, que Estillac Leal de certo modo lhe garantiu, estaria determinando esta sua abstenção. Mas não. Getúlio não é homem que se mova pelo coração. Não é, certamente, por gratidão que ele não despede o seu ministro da Guerra, pois terá sacrificado friamente os seus mais chegados amigos pessoais. Por prudência também não será, pois muito mais graves são os perigos que traz no bojo a equivocada situação atual, do que os suscitados pela saída de um ministro.

E' que ele não tem, realmente, nenhum interesse em causa. Melhor, o seu interesse está na incerteza, nos temores, na

confusão da situação atual. Se ele não a suscitou deliberadamente, está-a deliberadamente mantendo. No que menos pensa é no leal cumprimento dos deveres do cargo. A sua única e absorvente preocupação é o poder. Tal é a sua sofreguidão, que não se contenta com o poder atual e está sempre a pensar e a maquirar no poder futuro e, quanto possível, próximo.

A normalidade da vida política nacional, longe de favorecer, impossibilita tais designios. Legalmente, constitucionalmente, normalmente, o seu poder estará findo em 1955. E muito antes deste termo, começará o sr. Getúlio Vargas a sentir-lhe a decadência. Não poderá ser reeleito, não poderá eleger o genro, é duvidoso, até, que possa influir decisivamente na escolha do sucessor. Mas, se o ambiente se anuviar, se a desordem acampar no país, se a inquietação se apossar dos espíritos, então supõe ele que, como em 1937, poderá superar os entraves legais à sua continuação no poder.

Por isto é que o sr. Getúlio Vargas se recusa a intervir decisivamente, como poderia ter feito, na crise do Clube Militar. Se não estava nos seus planos, veio ela favorecê-los.